

Editorial Revista Espinhaço

Douglas Sathler *

* Graduado em Geografia (UFMG). Doutor em Demografia (UFMG). Professor da UFVJM. Editor da Revista Espinhaço.

“Andar de lado para não andar para trás”. Essa frase não tem saído da minha cabeça ultimamente. Explico. Resgatando um hábito de infância, tirei da gaveta um velho jogo de tabuleiro na busca por bons momentos de convivência familiar em meio à pandemia. O peão, na maior parte das vezes, avança conforme os dados rolam. No entanto, as adversidades que surgem no caminho muitas vezes fazem com que a gente retroceda muitas casas no jogo. Ninguém gosta de andar para trás. Nem mesmo na brincadeira. Agora, imagina na vida real.

As Universidades públicas brasileiras me parecem fazer parte de um grande jogo de tabuleiro, onde tempo perdido significa prejuízos irreparáveis para gerações de estudantes que buscam inclusão social na educação. Quando os dados do jogo político estão favoráveis, grandes avanços ocorrem. Quando os dados se revoltam, o resultado pode ser desastroso.

A democracia brasileira mostra sinais de fragilidade frente ao autoritarismo e à corrosão das instituições democráticas. Em que pese todas as garantias constitucionais, as universidades públicas não estão imunes. Os ataques são vários: esgarçamento dos recursos, enfraquecimento das instituições de fomento, desorganização geral do MEC, campanhas de ódio, desinformação e a desestabilização política das Universidades com a indicação de reitores com pauta dissonante da comunidade acadêmica.

Nesse ambiente desafiador, as forças democráticas ainda formam boa maioria dentro das Universidades públicas. No entanto, o momento pede atenção máxima, união e participação, para que o peão não se perca e o jogo não se acabe. Infelizmente, comunidades acadêmicas têm focado boa parte de seu tempo e energia no combate de pautas obscurantistas, muitas vezes impulsionadas dentro das próprias instituições. Quando temos sucesso, percebemos que todo o tempo, suor e saúde investidos apenas permitiram que o peão não retrocedesse algumas casas no tabuleiro. Dessa forma, andamos de lado e perdemos de vista um futuro repleto de possibilidades.

A lógica que vem sendo imposta às Universidades e, por consequência, à vida das pessoas e ao desenvolvimento de regiões, é cruel e inaceitável. Nunca foi tão importante que representantes de faculdades, cursos e categorias conheçam as normas internas e externas que regem as Universidades. Deve-se buscar a aprovação de resoluções ou de adendos que minem ações pouco simpáticas ao jogo democrático e, também, oferecer respostas rápidas e assertivas às ações autoritárias.

Espero que em breve, possamos superar o medo de andar para trás e focar nossas energias em pautas construtivas e de alto impacto social. Quando esse tempo chegar, e vai chegar, a maldade e a insignificância darão lugar ao que é de direito

às Universidades: a construção coletiva de pautas plurais, alinhadas ao desenvolvimento tecnológico e à formação crítica.

Nesse volume, a Revista Espinhaço traz sete artigos inéditos e uma entrevista exclusiva. No primeiro artigo, de autoria de Luziana Garuana, Diego Rodrigues Macedo, Antônio Thomaz Gonzaga da Matta-Machado e Marcos Callisto explora a integração de indicadores ecológicos, ambientais e de saúde humana em microbacias urbanas. O texto é fruto do trabalho de um grupo de pesquisa comandado pelo Prof. Marcos Callisto (ICB-UFMG). Especificamente, resultado do mestrado de Luziana Garuana no Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre. Nos últimos anos, o grupo tem apresentado um volume incrível de publicações e de resultados com forte impacto social. O grupo contribui fortemente com estudos que subsidiam políticas de preservação dos recursos hídricos e da vida nos ambientes aquáticos. Ainda, vem promovendo ações de educação ambiental que voltam, brilhantemente, os olhares das nossas crianças e jovens para a sustentabilidade.

O segundo texto, intitulado “Solos e superfícies de erosão: uma contextualização da evolução da paisagem na Serra do Espinhaço Meridional”, foi escrito por César Augusto Chicarino Varajão, Angélica Fortes Drummond Chicarino Varajão, Fábio Soares de Oliveira, Helen Nébias Barreto e André Augusto Rodrigues Salbado. O texto apresenta uma discussão, de forma didática, de aspectos geográficos fundamentais de uma região que vem despertando, a décadas, o interesse de naturalistas e de cientistas de vários campos do conhecimento.

O terceiro artigo, intitulado “Comparação de índices de vegetação entre imagens CBERS, Landsat e Rapideye para área do cerrado brasileiro”, de autoria de Lomando Zogaib Neves e Danielle Piuzana Mucida explora a qualidade dos índices NDVI (*Normalized Difference Vegetation Index*) e SAVI (*Soil Adjusted Vegetation Index*) a partir de imagens de satélite de diferentes resoluções.

O quarto artigo, intitulado “À margem de Irapé: consequências da barragem no rio Jequitinhonha uma década após a sua implantação”, foi escrito por Pedro de Carvalho Costa e Flávia Maria Galizoni. O texto traz um ótimo panorama das repercussões de um relevante projeto desenvolvimentista para a população dos municípios atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Irapé, no alto curso do Rio Jequitinhonha.

O quinto artigo, escrito por Alex Douglas Martins Demier, Daniel Coelho de Oliveira e Fausto Makishi, possui um título instigante: “Doces matas do Norte de Minas Gerais: atores, instituições e construção da indicação geográfica do mel de aroeira”. O texto debate as perspectivas de um projeto *top-*

down de agregação de valor à produção apícola numa região carente de recursos e de investimentos.

O sexto artigo, intitulado “A ocupação do Vale do Mucuri: a elite rural e o dilema entre modernidade e atraso”, de Márcio Achtschin Santos, traz uma discussão muito interessante que resgata aspectos históricos essenciais da região. O autor confronta a riqueza gerada pelos produtores rurais à destruição das matas, à concentração de renda e à perpetuação da pobreza.

O sétimo e último artigo, escrito por Eliana de Araújo Vieira e Heloisa Soares de Moura Costa, intitulado “Residenciais de habitação de interesse social em Montes Claros, Minas Gerais: estratégias e/ou adaptações de seus moradores” aponta a necessidade de revisão de diretrizes das políticas de construção de habitação de interesse social no Brasil, com objetivo de garantir o desenvolvimento humano e o direito à moradia.

Ao final, esta edição da Revista Espinhaço traz uma entrevista exclusiva com o Prof. Guilherme Leiva sobre Cidades, mobilidade populacional e COVID-19. Trata-se de uma contribuição importante para as políticas públicas em meio a uma das maiores crises sanitárias vividas pelo mundo. Desejo ótima leitura! Abraços!